

ISSN 2675-9934

# Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato  
de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº3 julho/2020

# OIPP

**Boletim de  
Políticas Públicas**  
**Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (OIPP)**

**Conselho editorial**

Agnaldo Valentin  
Alexandre Ribeiro Leichsenring  
André Gal Mountian  
Cristiane Kerches da Silva Leite  
Graziela Serroni Perosa  
José Carlos Vaz  
Ursula Dias Peres  
Valeria Barbosa de Magalhaes  
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

**Contato**

E-mail: [boletimoipp@gmail.com](mailto:boletimoipp@gmail.com)  
Rua Arlindo Bettio, 1000  
03828-000  
São Paulo/SP



## Regras de submissão

O Boletim de Políticas Públicas do OIPP terá periodicidade mensal e receberá artigos acadêmicos curtos para ampla divulgação entre acadêmicos e profissionais do Campo de Públicas no Brasil. Os artigos podem ser resumos de resultados de pesquisa, análise de conjuntura, resenhas de livros, estudos de caso, em linguagem destinada a fomentar o debate sobre políticas públicas e gestão governamental. Apresentação de resultados de iniciação científica e monografia também são bem-vindos.

a. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos de até 10 mil caracteres (com espaço), considerando todos os elementos do texto (gráficos, tabelas e referências bibliográficas).

b. Os artigos devem ser enviados com o(s) nome(s) dos(as) autores(as) e filiação institucional.

c. O comitê editorial do Boletim de Políticas Públicas do OIPP reserva-se o direito de decidir sobre a aceitação do artigo.

d. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP publicará um número limitado de artigos por número. Artigos aceitos não necessariamente serão publicados no mês de envio, podendo sair em números posteriores. Artigos que são produto de pesquisa em nível de graduação devem ser submetidos em coautoria ou supervisão do(a) docente.

e. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos em fluxo contínuo.

f. Não haverá qualquer tipo de remuneração para os autores dos artigos.

g. Serão aceitos artigos em português, inglês e espanhol.

h. Os artigos em português devem seguir padrão ABNT.

i. As referências bibliográficas devem ser inseridas ao final do texto no padrão ABNT e devem listar apenas as obras citadas no texto.

j. Os artigos devem ser enviados em formato eletrônico .doc, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5.

## Sumário

### **Análise de Conjuntura**

**Efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho: estamos todos no mesmo barco? .....6**

*Letícia Figueiredo Collado, Marcelo Nakamura Saito, Agnaldo Valentin, André Gal Mountian*

**Desigualdade, indicadores de saúde e crise sanitária ..... 17**

*Bruno Augusto de Oliveira Garcia, João Marcus Pereira Rodrigues, Agnaldo Valentin, André Gal Mountian*

### **Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental**

**Pandemia, pobreza e desigualdade no Brasil ..... 26**

*André Roncaglia de Carvalho, Eloiza Regina Ferreira de Almeida, Luciana Rosa Souza, Solange Gonçalves*

**Acesso às áreas verdes urbanas como parte das funções sociais da cidade ..... 34**

*Taícia Helena Negrin Marques, Antonio Aparecido Fabiano Junior*

# **Análise de Conjuntura**

# Efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho: estamos todos no mesmo barco?

Letícia Figueiredo Collado<sup>1</sup>, Marcelo Nakamura Saito<sup>2</sup>, Agnaldo Valentin<sup>3</sup>, André Gal Mountian<sup>4</sup>

## 1. Introdução

Este é o segundo de uma série de artigos de conjuntura sobre a crise sanitária do Coronavírus. Na edição de junho do Boletim de Políticas Públicas exploramos os dados de mercado de trabalho e saúde com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de maio de 2020, denominada de PNAD COVID19, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este monitoramento pretende auxiliar a compreensão dos fenômenos intrínsecos à crise, desenvolvimento de futuras pesquisas, bem como a formulação e implementação de políticas públicas adequadas aos desdobramentos sociais e econômicos decorrentes da pandemia. Este artigo também trata dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho com os dados da PNAD COVID19, mas focando nas desigualdades produzidas ou intensificadas pela crise sanitária.

## 2. Evolução do Mercado de trabalho

O primeiro indicador utilizado para avaliar o desempenho do mercado de trabalho é a taxa de desocupação (taxa de desemprego). Conforme apresentado na edição de junho do Boletim de Políticas Públicas, a taxa de desocupação era de 10,7%

---

1 Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

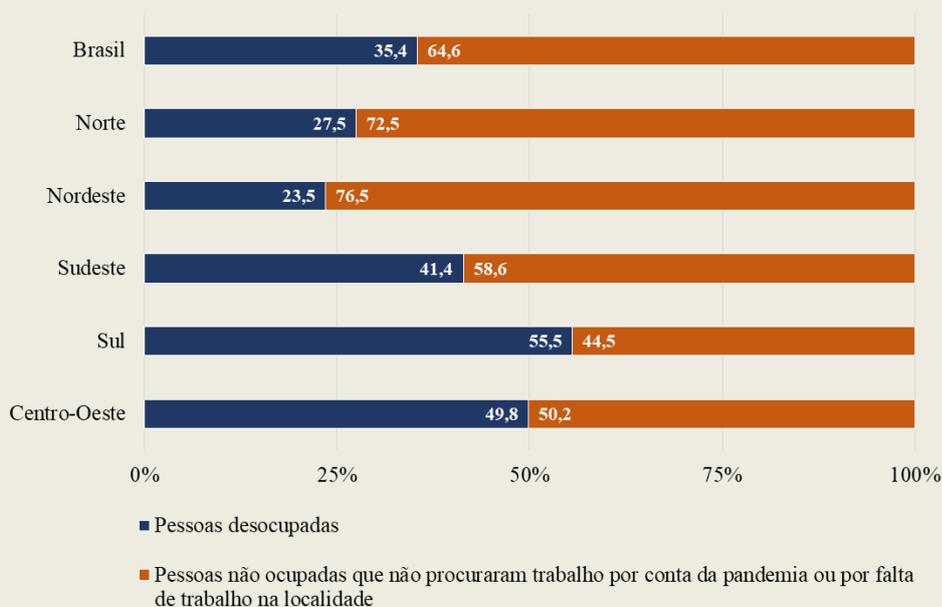
2 Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

3 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

4 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

da força de trabalho, totalizando 10,1 milhões de trabalhadores, de acordo com os dados da PNAD COVID de maio de 2020. No entanto, a taxa de desocupação precisa ser complementada com outros indicadores para uma compreensão mais ampla do fenômeno do desemprego. Considerando que 18,5 milhões de pessoas não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, obtemos que a subutilização da força de trabalho é da ordem de 28,6 milhões de pessoas, por razões que podem estar relacionadas à pandemia. Este nível de subutilização, contudo, não se distribuiu de maneira uniforme entre homens e mulheres, brancos, pretos e pardos, bem como entre as regiões do país, como mostrado no gráfico 1 abaixo.

**Gráfico 1.** Composição da subutilização da força de trabalho nas grandes regiões do país (maio/2020) (%)



Fonte: IBGE (2020)

Os dados agregados do país mostram que a taxa de desocupação representa 35,4% da subutilização da força de trabalho, cuja maior parte é explicada pelo contingente que não procurou trabalho por conta da pandemia. Esta última parcela é ainda mais relevante nas regiões Norte e Nordeste, o que mostra a limitação da taxa de desemprego como indicador de mercado de trabalho, especialmente em momentos de crise.

A tabela 1 abaixo mostra a distribuição de alguns indicadores de mercado de trabalho por sexo, cor/raça, escolaridade e região. Observa-se que os indicadores são desfavoráveis às mulheres, pretos e pardos, pessoas com baixa escolaridade e regiões Norte e Nordeste. Entre as pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade e gostariam de trabalhar, chama a atenção que 18,4% das mulheres estão nesta condição, bem como a mesma proporção de pretos e pardos. Além disso, considerando as pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, a taxa de mulheres e pretos e pardos é de 23,5% e 20,8%, respectivamente.

**Tabela 1.** Distribuição de indicadores de mercado de trabalho por sexo, cor/raça, escolaridade e região (maio/2020)

	Taxa de Desocupação (%)	Não procuraram por conta da pandemia (%)	Afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (%)	Ocupadas que trabalhavam de forma remota (%)
Total	10,7	15,3	18,6	13,3
Homens	9,6	12,5	15,0	10,3
Mulheres	12,2	18,4	23,5	17,9
Branco	9,2	11,4	16,1	17,6
Negro	12,0	18,4	20,8	9,0
Fundamental incompleto	11,8	18,1	19,2	0,6
Médio incompleto	14,0	19,7	20,5	1,7
Superior incompleto	11,8	16,2	19,6	7,9
Superior completo	5,5	6,3	15,2	38,3
Norte	11,0	20,6	23,3	7,1
Nordeste	11,2	24,5	26,6	10,7
Sudeste	10,9	12,7	17,9	17,2
Sul	8,9	6,3	10,4	10,1
C.O.	11,4	9,7	13,8	10,7

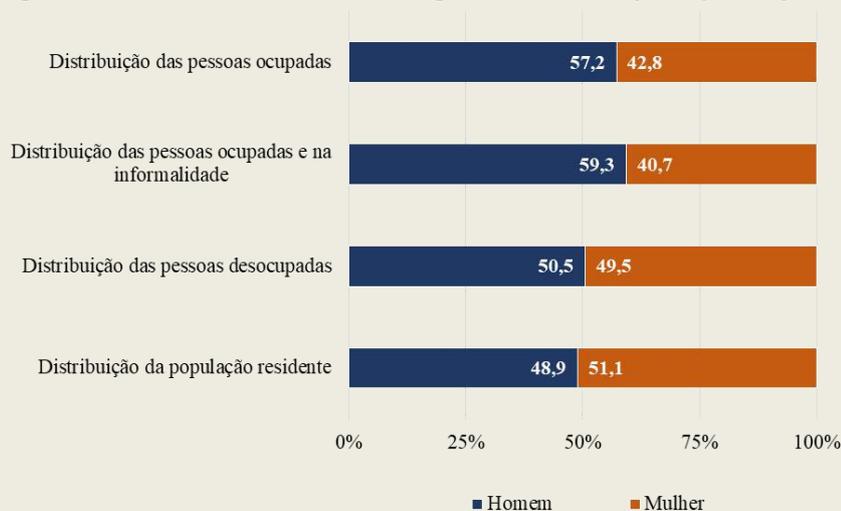
Fonte: IBGE (2020)

Quando avaliado o subgrupo populacional que está ocupado de forma remota, é possível observar que 38,3% das pessoas com ensino superior completo conseguiram converter sua atividade laboral para *home office*. De outro lado, somente 0,6% dos

trabalhadores com ensino fundamental incompleto e 1,7% com ensino médio incompleto passaram a trabalhar remotamente. Neste quesito, a participação das mulheres é superior a dos homens (17,9% e 10,3%, respectivamente), e a de brancos é superior a de negros (17,6% e 9%, respectivamente), possivelmente porque a escolaridade média das mulheres/brancos é superior a dos homens/negros. Do ponto de vista das regiões, o Centro-Oeste possui a maior taxa de desocupação, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam a maior proporção de pessoas que não procuraram emprego por conta da pandemia, bem como contingente que estava afastado devido ao distanciamento social.

Analisando separadamente a população por um recorte de gênero, o gráfico 2 abaixo mostra que existe uma subrepresentação das mulheres na força de trabalho. A PNAD de maio de 2020 identifica que 42,8% do total de pessoas ocupadas são mulheres, o que corresponde a 36,1 milhões, das quais 11,9 milhões estão na informalidade. Comparativamente, as mulheres representam 51,5% da população brasileira. Mesmo apresentando menor taxa de participação no mercado de trabalho relativamente aos homens, as mulheres representam 49,5% do contingente desocupado, resultado da maior taxa de desemprego, como mostrado na Tabela 1.

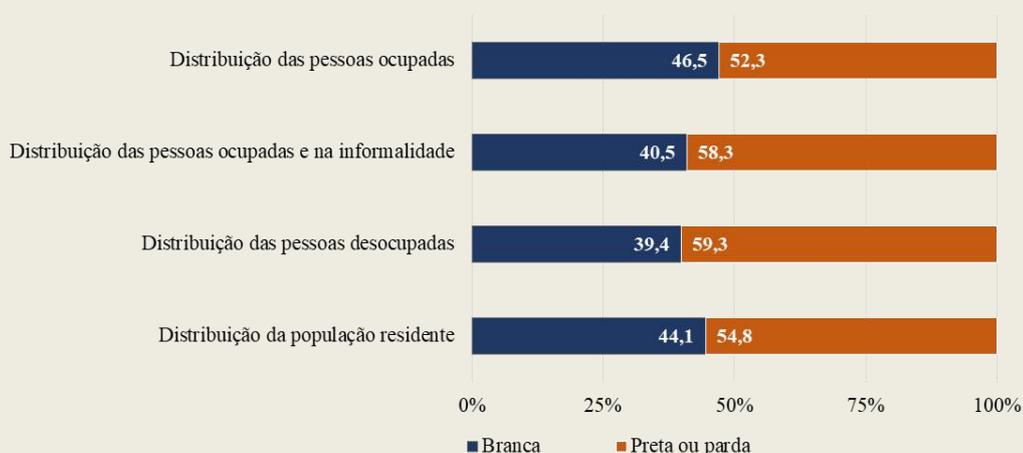
**Gráfico 2.** Distribuição da população residente, ocupada, desocupada e ocupada na informalidade, por sexo (maio/2020) (%)



Fonte: IBGE (2020)

No que diz respeito à desigualdade de cor e raça, de forma similar, ocorre a subrepresentação de pretos e pardos na parcela de pessoas ocupadas, apesar de em menor proporção. Pretos e pardos somam 44,1 milhões de ocupados, representando 52,3% do total, enquanto correspondem a 54,8% da população no Brasil. Em contrapartida, destaca-se sua sobrerrepresentação nos grupos de pessoas ocupadas e na informalidade, no qual pretos e pardos representam 58,3% do total. Já no contingente desocupado, pretos e pardos representam 59,3% do total, conforme apresentado no Gráfico 3. Somado a isso e à semelhança do que foi observado com as mulheres, a taxa de desemprego verificada entre pretos e pardos é maior do que a média brasileira, 12%, enquanto a taxa entre brancos corresponde a 9,2%.

**Gráfico 3.** Distribuição da população residente, ocupada, desocupada e ocupada na informalidade por cor/raça (maio/2020) (%)



Fonte: IBGE (2020)

### 3. Renda do trabalho

A pandemia afetou o rendimento médio do trabalho, que em maio de 2020 foi de R\$ 1899, sofrendo uma queda de 18,14%, em comparação com R\$ 2330 normalmente recebidos (considerando todos os trabalhos e não somente o principal). Esta queda pode ter sido impulsionada pelo afastamento temporário do trabalho sem rendimentos de cerca de 9,7 milhões de pessoas, de acordo com a PNAD Covid. No entanto, a diminuição de salários não foi homogênea ao longo da população ocupada, sendo desigualmente distribuída pelos estratos de cor, sexo, idade, graus de instrução e posições de ocupação.

O nível educacional apresenta-se como fator de grande importância no que diz respeito à renda, especialmente a diferença entre os que possuem ensino superior ou pós graduação e os demais níveis de escolaridade, em todas as regiões. Os trabalhadores sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto registraram renda média de R\$ 924, aproximadamente um quarto da renda média dos que possuem ensino superior ou pós graduação. O gráfico 4 abaixo mostra a queda da renda recebida em

todos os trabalhos em maio de 2020, relativamente ao normalmente recebido.

Gráfico 4. Queda no rendimento efetivamente recebido em todos os trabalhos, relativamente ao valor normalmente recebido (maio/2020)

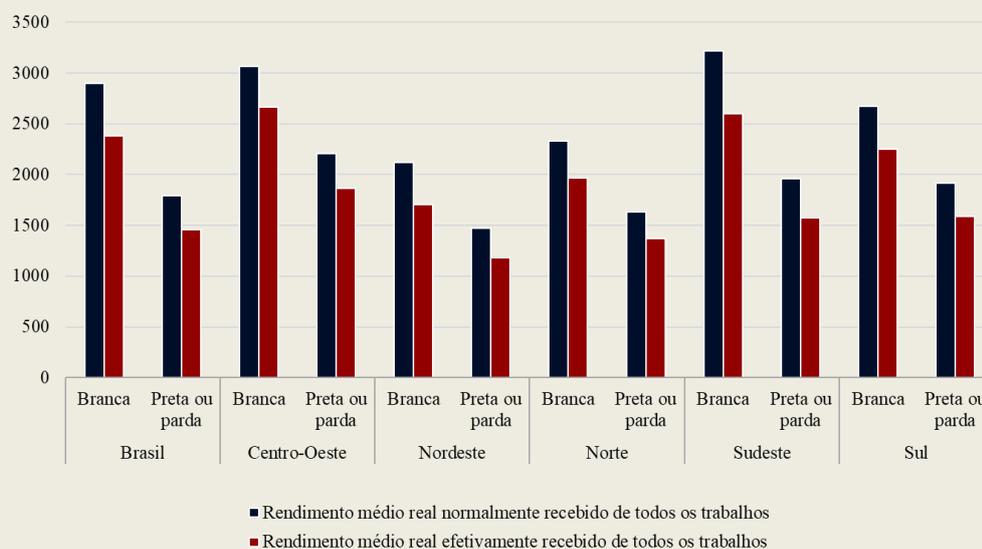


Fonte: IBGE (2020)

Em todas as regiões, a renda do trabalho manteve-se mais estável entre trabalhadores mais qualificados, com ensino superior completo, com destaque para a região Centro-Oeste, que apresentou queda de 8,56%. Já os trabalhadores menos qualificados, com escolaridade até ensino médio incompleto, tiveram quedas mais acentuadas, chegando a 30% na região Nordeste.

No recorte de cor/raça, em todo território nacional, os brancos declararam uma renda média 63% maior do que pretos e pardos. A maior diferença foi encontrada entre os brancos do Centro-Oeste e pretos e pardos do Nordeste, com uma renda média efetiva de R\$ 2668 contra R\$ 1180, respectivamente, aproximadamente 127% a mais, conforme mostrado no gráfico 5. No entanto, a variação percentual do salário recebido normalmente e efetivamente variou de maneira semelhante, sendo -17,81% entre brancos e -18,62% para pretos e pardos.

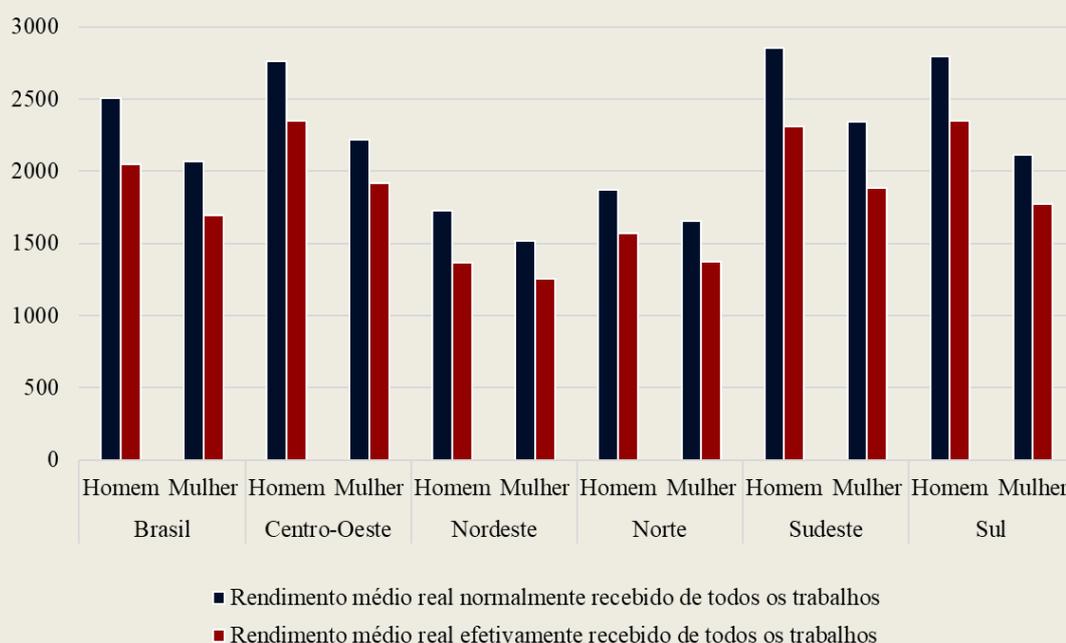
**Gráfico 5.** Rendimento efetivo e normalmente recebido em todos os trabalhos, por cor/raça (maio/2020) (R\$)



Fonte: IBGE (2020)

No recorte de sexo, podemos observar a clara diferença de renda entre homens e mulheres, em todas as regiões do país. Mulheres receberam aproximadamente 17% a menos do que os homens, e a queda foi de aproximadamente 18% para ambos. O recorte regional também apresenta heterogeneidade, sendo a renda efetiva dos homens do Sul 87% maior do que mulheres do Nordeste, conforme mostrado no gráfico 6.

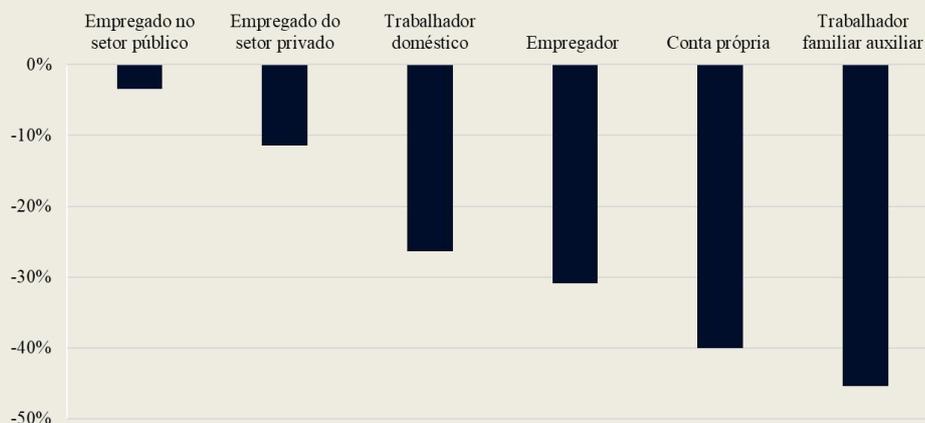
**Gráfico 6.** Rendimento efetivo e normalmente recebido em todos os trabalhos, por sexo (maio/2020) (R\$)



Fonte: IBGE (2020)

De acordo com a posição na ocupação, observam-se grandes desigualdades entre as posições e também na variação sofrida após o início da pandemia. Os empregadores e empregados do setor público possuíam as maiores rendas, sendo elas R\$ 5899 e R\$ 3584, respectivamente. Por outro lado, trabalhadores por conta própria, domésticos e familiares auxiliares recebiam R\$ 1820, R\$ 948 e R\$ 1091, respectivamente. Com os efeitos da pandemia, estes três grupos de trabalhadores sofreram grandes perdas, sendo -40% dos trabalhadores por conta própria, -45,4% dos familiares auxiliares, e -26,3% dos domésticos. Empregadores também sofreram fortes perdas, com -30,9%. A posição que menos sofreu com a pandemia são os empregados no setor público, com -3,4% a menos de renda.

**Gráfico 7.** Queda no rendimento efetivamente recebido em todos os trabalhos, segundo posição na ocupação (maio/2020)



Fonte: IBGE (2020)

Ao analisar os dados da PNAD COVID19, torna-se evidente que os efeitos da crise sanitária no mercado de trabalho se estendem para além do desemprego - o trabalho remoto, o afastamento da ocupação, o desalento e redução dos rendimentos dos trabalhadores são apenas alguns dos fatores que demonstram a complexidade do impacto da pandemia. Um olhar mais atento aos dados da pesquisa, entretanto, permite destacar desigualdades que já se faziam presentes no contexto brasileiro. Não só as mulheres e os pretos e pardos se encontram mais prejudicados em relação aos homens e brancos, mas se revelam piores condições no mercado de trabalho para aqueles com menor nível de escolaridade, além de diferentes condições para pessoas que exercem diferentes posições na ocupação, e entre diferentes regiões do país. Com o cenário desenhado pelos dados da PNAD COVID19 de maio de 2020, portanto, dificilmente poderíamos dizer que a crise repercute de forma homogênea na população brasileira.

### Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD COVID19, disponível em

<[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm\\_source=covid19&utm\\_medium=hotsite&utm\\_campaign=covid\\_19](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19)>, acesso em 26 de maio de 2020.

## Desigualdade, indicadores de saúde e crise sanitária

**Bruno Augusto de Oliveira Garcia<sup>5</sup>, João Marcus Pereira Rodrigues<sup>6</sup>, Agnaldo Valentin<sup>7</sup>, André Gal Mountian<sup>8</sup>**

Este artigo dá continuidade a análise de conjuntura dos efeitos da crise sanitária sobre indicadores de saúde com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD COVID19, de maio de 2020, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da análise em nível nacional realizada na edição de junho no Boletim de Políticas Públicas, este artigo explora as diversas desigualdades encontradas nos dados sobre saúde com recorte por região do país, sexo, cor/raça e grupos de idade.

A PNAD COVID19 investiga uma série de sintomas gripais relacionados à covid-19, como perda de cheiro, perda de sabor, tosse, febre, dificuldade para respirar e dor no peito. Além dos sintomas, foi investigado a procura das pessoas que apresentaram algum dos sintomas por estabelecimentos de saúde públicos ou privados.

---

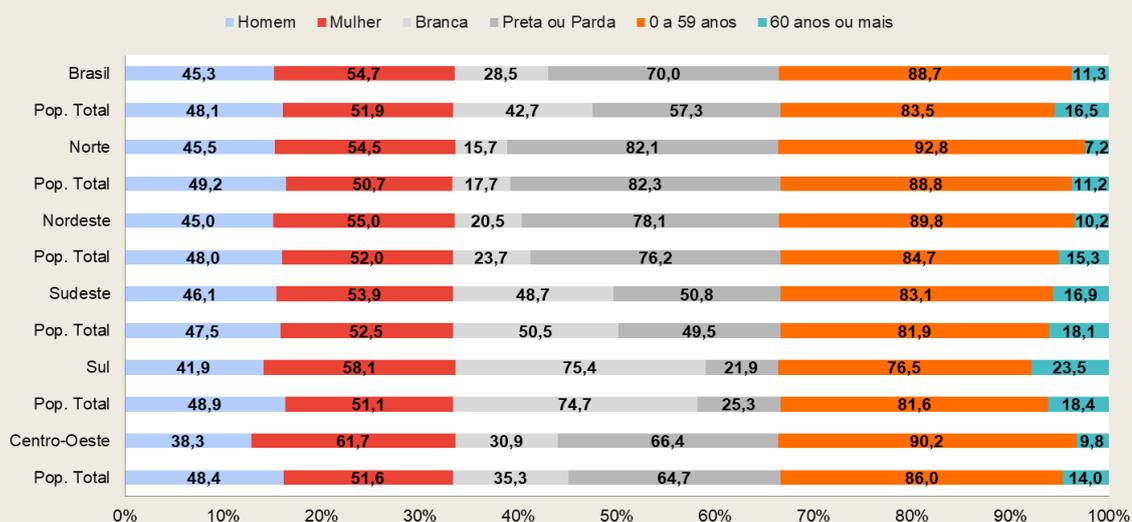
5 Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

6 Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

7 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

8 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP)

Gráfico 1. Distribuição das pessoas que apresentaram sintomas referenciados conjugados (%) divididos entre as grandes regiões do país por sexo, cor/raça e grupos de idade.



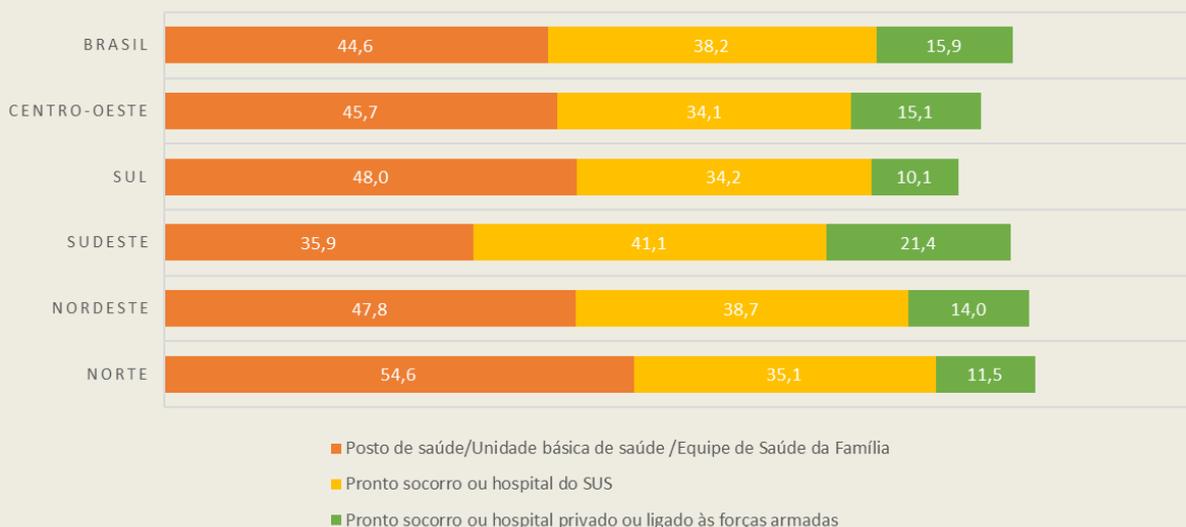
Fonte: PNAD Covid/IBGE (2020)

O gráfico 1 acima nos dá luz sobre as desigualdades observadas nos sintomas investigados, perda de cheiro ou sabor ou tosse, febre e dificuldade para respirar ou febre, tosse e dor no peito. Dentre essas pessoas, destaca-se a proporção superior de mulheres acometidas em todas as regiões do país, inclusive quando comparado com a proporção de mulheres<sup>1</sup> em cada região. Em particular nas regiões Sul e Sudeste, a proporção de mulheres com sintomas conjugadas é 9,2 (p.p.) e 7 (p.p.) superior a proporção de mulheres nestas regiões, respectivamente. Quando analisados os sintomas gripais desagregados, a proporção de mulheres acometidas continua sendo superior a de homens acometidos, demonstrando uma maior incidência de mulheres infectadas. No que diz respeito a cor/raça, as pessoas de cor preta ou parda são as mais acometidas entre as regiões brasileiras, relativamente a sua participação na população de cada região. Essa taxa é maior na região Norte (81,4%) e menor na região Sul (28,7%). Quando analisados os sintomas gripais desagregados, a proporção de pessoas de cor preta ou parda acometidas continua sendo superior a de pessoas de cor branca, exceto na região Sul, mas mantendo-se acima da proporção de pretos e pardos nesta região.

Ainda de acordo com o gráfico 1, do ponto de vista dos grupos de idade, chama a atenção que a proporção de idosos (60 anos ou mais) infectados é menor do que participação deste grupo na população do Brasil e das regiões. No Brasil, os idosos representam 16,5% da população, enquanto correspondem a 11,5% das pessoas que relataram sintomas conjugados. A única exceção é a região Sul, em que a participação de idosos infectados no total (23,8%) é maior que a proporção de idosos na população da região (18,4%).

Analisando agora a procura por estabelecimentos de saúde das pessoas que apresentaram algum sintoma da síndrome gripal, o gráfico 2 mostra que em todas as regiões a maior procura foi por postos de saúde, unidade básica de saúde ou equipe de saúde da família. Em seguida, o equipamento mais demandado foi pronto socorro ou hospital do SUS. Somando estes grupos no país, isso significa que 84,1% das pessoas procuraram estabelecimento público e apenas 15,9% equipamentos privados ou ligado às forças armadas. Este padrão se repete em todas as regiões do Brasil.

Gráfico 2. Percentual de pessoas com algum sintoma associado à síndrome gripal e que procuraram estabelecimento de saúde, por tipo de estabelecimento e região.



Fonte: PNAD Covid/IBGE (2020)

Acrescentando na análise as categorias sexo, cor/raça e grupos de idade, pode-se notar a partir da tabela 1 que há pouca diferenciação no que se refere à procura de estabelecimento público de saúde entre homens e mulheres. Entretanto, observa-se que em todas as regiões, excetuando a região Sul, o percentual de mulheres supera o de homens. Ademais, é possível constatar uma discrepância significativa entre brancos e pretos ou pardos na procura de estabelecimentos públicos de saúde. Apenas na região Nordeste não é encontrada tal tendência.

**Tabela 1** - Percentual de pessoas que procuraram estabelecimento de saúde público entre aquelas que apresentaram algum dos sintomas, por sexo, cor/raça e grupos de idade (%)

	Homem	Mulher	Branca	Preta/Parda	0 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	73,6	75,8	68,2	78,8	74,7	75,4
Pop. Total	48,1	51,9	42,7	57,3	83,6	16,5
Norte	77,9	82,3	73,5	81,2	80,2	79,9
Pop. Total	49,2	50,7	17,7	82,3	88,8	11,2
Nordeste	77,8	80,1	79,9	79,4	79	80,2
Pop. Total	48	52	23,7	76,2	84,7	15,3
Sudeste	66,1	70,7	61,1	75,8	68,2	70,7
Pop. Total	47,5	52,5	50,5	49,5	81,9	18,1
Sul	78,1	76,2	74,1	83,7	76,9	77,2
Pop. Total	48,9	51,1	74,7	25,3	81,6	18,4
Centro-Oeste	77,2	68,1	63,9	75,7	71,5	73,4
Pop. Total	48,4	51,6	35,3	64,7	86	14

Fonte: PNAD Covid/IBGE

A tabela 2 abaixo mostra a distribuição da procura por equipamentos privados de saúde entre as pessoas que reportaram sintomas de covid-19. Pode-se constatar que a região Sudeste contém um percentual significativamente maior na procura por estabelecimentos privados de saúde ou ligado às forças armadas. Cabe lembrar que essa região tem um percentual maior da população que possui plano de saúde, 38,4%, seguida pela região Sul, 34,4%.

**Tabela 2.** Percentual de pessoas que procuraram estabelecimento de saúde privado ou ligado às forças armadas entre aquelas que apresentaram algum dos sintomas, por sexo, cor/raça e grupos de idade (%)

	Homem	Mulher	Branca	Preta/Parda	0 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	25,9	24,3	32	21,1	25	24,6

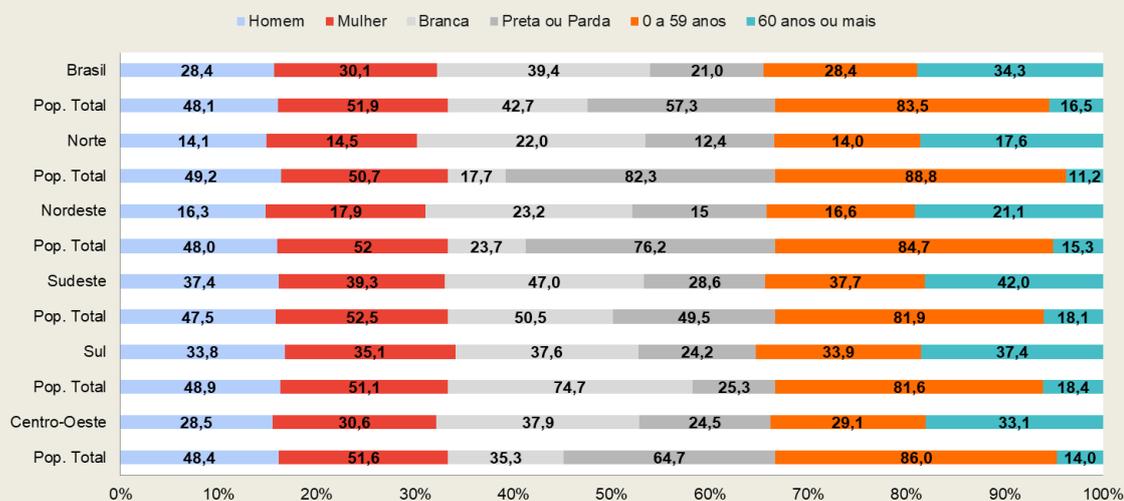
Pop. Total	48,1	51,9	42,7	57,3	83,6	16,5
Norte	22,3	18,6	25,9	19,7	20,5	20,3
Pop. Total	49,2	50,7	17,7	82,3	88,8	11,2
Nordeste	21	20,3	22,1	20	20,9	18,8
Pop. Total	48	52	23,7	76,2	84,7	15,3
Sudeste	33,2	30,1	39,7	24	31,8	29,7
Pop. Total	47,5	52,5	50,5	49,5	81,9	18,1
Sul	21,5	22,5	24,7	16,6	22,5	20,4
Pop. Total	48,9	51,1	74,7	25,3	81,6	18,4
Centro-Oeste	23,1	26,4	30,8	22	23,5	34,1
Pop. Total	48,4	51,6	35,3	64,7	86	14

Fonte: PNAD Covid/IBGE

Esse quadro, ao acrescentar as categorias de sexo, cor/raça e grupos de idade, se repete de modo inverso. Há um percentual maior de homens que buscam por estabelecimentos privados, com exceção da região Sul e da região Centro-Oeste. Além disso, a discrepância entre brancos e pretos ou pardos prossegue com uma maior busca/aceso por estabelecimentos privados pelas pessoas brancas.

Por fim, o gráfico 3 analisa se o morador tinha plano de saúde, por sexo, cor/raça e grupos de idade. Observou-se que as mulheres detêm, tanto no Brasil quanto nas regiões, um percentual maior que o de homens, com maior diferença na região Centro-Oeste (2,1 p.p.). Da mesma forma, os brancos têm um percentual de pessoas detentoras de planos de saúde maior do que o de pretos ou pardos, com ênfase para a região sudeste com uma diferença de 18,4 pontos percentuais. Finalmente, categorizando pelos grupos de idade, nota-se que as pessoas de 60 anos ou mais tem um percentual maior do que as pessoas de 0 a 59 anos, com menor diferença na região sul (3,5 p.p.) e maior na região nordeste (4,5 p.p.).

**Gráfico 3.** Distribuição da população residente (%) que tem plano de saúde entre aquelas que apresentaram algum dos sintomas, por sexo, cor/raça e grupos de idade.



Fonte: PNAD Covid/IBGE

Este artigo mostrou, em mais detalhes, o que foi tratado no número de junho do Boletim de Políticas Públicas, a dependência da população brasileira do sistema público de saúde. Esses dados podem ajudar a construir políticas públicas de saúde mais eficazes no futuro.

### **Referências Bibliográficas**

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD COVID19, disponível em [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm\\_source=covid19&utm\\_medium=hotsite&utm\\_campaign=covid\\_19](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19), acesso em 26 de maio de 2020.

**Sociedade,  
Políticas Públicas e  
Gestão Governamental**

## Pandemia, pobreza e desigualdade no Brasil<sup>9</sup>

**André Roncaglia de Carvalho<sup>10</sup>, Eloiza Regina Ferreira de Almeida<sup>11</sup>,  
Luciana Rosa Souza<sup>12</sup>, Solange Gonçalves<sup>13</sup>**

A Covid-19 encontrou o país em situação econômica preocupante. Em lenta recuperação da última recessão, a economia apresenta crescimento baixo (média de 1% nos últimos três anos), elevado nível de desemprego e informalidade, famílias endividadas, contas públicas fragilizadas, dentre outros problemas.

A paralisação das atividades que resulta da política de prevenção de sobrecarga do sistema de saúde vem agravar ainda mais a situação de empresas e famílias. Os maiores empregadores do país (micro, pequenas e médias empresas) são incapazes de sustentarem suas folhas de pagamento. As perdas mensais decorrentes do isolamento social são estimadas em cerca de R\$ 54 bilhões de renda dos trabalhadores por conta própria, informais, desempregados e em desalento (Brancher et al., 2020). Com efeito, a crise tende a agravar a situação material de parcela expressiva da sociedade brasileira.

### *O sonho smithiano*

Adam Smith defendia que a verdadeira medida da riqueza de uma nação não é o tamanho do tesouro de seu rei ou as posses de

---

9 Artigo originalmente publicado no blog Novos Estudos Cebrap em maio de 2020.

10 Docente do departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). É pesquisador nas áreas de desenvolvimento econômico e desigualdade de renda e riqueza no Brasil. Pesquisador associado ao CEBRAP.

11 Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de São Paulo e pesquisadora associada ao CEBRAP, com pesquisa nas áreas mercado de trabalho, economia regional e diferenciais de gênero.

12 Docente do departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), É pesquisadora na área de políticas públicas para mitigar a pobreza e desigualdade no Brasil e na América Latina. Pesquisadora associada ao CEBRAP.

13 Docente do departamento Multidisciplinar da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisadora associada ao CEBRAP. Doutora pela USP, com pesquisa nas áreas de dinâmica da pobreza, economia do trabalho e avaliação de políticas públicas.

poucos ricos, mas o salário dos “trabalhadores pobres”. Para o pai do liberalismo econômico iluminista, o principal papel do mercado era produzir tal riqueza, a ponto de permitir que aquele que “alimenta, veste e produz habitações” para um povo inteiro consiga ele mesmo estar razoavelmente bem alimentado, vestido e alojado.

O Brasil infelizmente nem se aproxima ainda desse sonho smithiano. O mercado de trabalho brasileiro não dá conta de oferecer a metade de seus trabalhadores a proteção social contra a loteria do mercado.

A ideia é vergonhosamente intuitiva: pessoas ricas conseguem viver de sua “poupança” acumulada quando lhes falta a renda do trabalho. É um colchão amortecedor para as quedas da atividade econômica da sociedade. Já os pobres costumam ter pouca poupança acumulada na forma de “ativos” imóveis, financeiros e mesmo educacionais. Sua rede de proteção em momentos de estresse no mercado de trabalho é o “fiado”, o empréstimo entre parentes e amigos, a caridade alheia ou a penúria simplesmente.

### ***Choques pandêmicos***

O enfrentamento da crise sanitária requer que a economia seja colocada em estado de coma induzido. Isso se traduz em três tipos de choques que afetam as famílias em um mesmo ponto do tempo (ou em momentos distintos), a saber: i) choques de saúde relacionados diretamente à contaminação pelo vírus; ii) choques de desemprego, que levam os indivíduos à desocupação ou à informalidade; iii) choques psicológicos com impactos de duração variada.

Esses choques podem determinar uma queda temporária na renda total do domicílio e podem levar as famílias à pobreza. Métodos cada vez mais sofisticados produziram o consenso acerca da característica dinâmica do fenômeno, em que se nota a existência de propagação dos ciclos de pobreza, bem como de um movimento de saída e entrada de famílias na situação de privação. Estes últimos são ainda mais comuns em países em

desenvolvimento, seja por causa do alto grau de informalidade nos mercados de trabalho urbanos (que, por exemplo, no Brasil representa 45,8% do total de ocupados),<sup>14</sup> seja por causa da incidência de choques (de preços, climáticos, entre outros) em áreas rurais.

A convivência com choques e risco de entrada na pobreza determina que todo o conjunto de decisões dos membros de uma família (voltados à educação, ao mercado de trabalho, formação de uma família) seja distinto.

Nesse processo de chegada de um choque estrutural ou idiossincrático, as famílias podem utilizar estratégias para manter o seu nível de bem-estar. A primeira estratégia pode ser a utilização de mão de obra adicional, ou seja, no momento em que um membro sofre um choque de saúde ou de desemprego, outros membros podem tentar ofertar mão de obra no mercado de trabalho, como adolescentes que poderiam estar em situação de inatividade e com dedicação exclusiva aos estudos, ou, até mesmo, crianças.

A segunda estratégia é a utilização do conjunto de ativos físicos ou financeiros pertencentes às famílias, em prol da suavização do consumo ao longo do tempo. O conjunto de ativos de uma família reflete o seu nível de riqueza e é composto por itens domésticos, como televisão ou notebook, veículos (carros ou motos), ou posse de habitação ou terreno. Os ativos financeiros são as aplicações financeiras da família ou a possibilidade de tomada de crédito/empréstimos no mercado financeiro. A posse de alguns desses ativos garante um rendimento estável ao longo de um período, pela venda (no caso dos bens físicos) ou pelo retorno que geram (no caso dos bens financeiros), mantendo a família acima da linha de pobreza (ou de pobreza extrema).

A terceira estratégia da família é a utilização de benefícios advindos de políticas públicas ou privadas emergenciais, que

---

14 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE), considerando a população ocupada entre 18 e 65 anos para o ano de 2019. Para a definição de trabalhador informal, é utilizada a informação sobre a posse de carteira assinada e sobre a contribuição ao INSS, e são excluídos os empregadores.

possibilitam a obtenção de uma renda permanente ou temporária. O uso desse instrumento depende do tamanho, focalização, acesso e aderência das famílias às políticas.

Outros dois fatores podem também ser determinantes não somente para a entrada como também para a permanência e duração da situação de privação da família, a saber: a frequência e o tamanho dos choques que afetam as famílias.

No contexto dos choques relacionados à Covid-19, esses dois fatores são determinados: i) pelo número de membros afetados pela doença – que é diretamente relacionado ao percentual de membros que continuam atuando no mercado de trabalho e fora do isolamento horizontal; e ii) pela gravidade das consequências que esses choques determinam – desemprego, doença psicológica ou morte do chefe da família (usualmente, renda principal do domicílio) ou de algum outro membro em idade ativa (membros secundários que colaboram para o orçamento mensal familiar), ou demais membros.

Dessa forma, a depender dos choques e consequências que a Covid-19 venha a causar em uma família, a probabilidade de entrada e de saída da pobreza com retorno ao nível anterior de bem-estar é afetada, determinando que famílias que anteriormente eram não pobres passem a ser pobres transitórias e que outras que eram não pobres ou pobres transitórias passem a ser pobres crônicas e fiquem por muito tempo e gerações na pobreza.

### ***Dinâmica da pobreza no Brasil***

Uma extensa literatura busca realizar a diferenciação demográfica e socioeconômica entre as famílias com pobreza crônica e transitória, bem como entender quais seriam os choques e fatores associados à entrada, permanência e duração do período abaixo da linha de pobreza das famílias, além de discutir a necessidade de políticas públicas específicas para cada um dos tipos de pobreza. Na literatura internacional, cabe citar os estudos seminais de Bane e Ellwood (1986) e Jalan e Ravallion (1998,

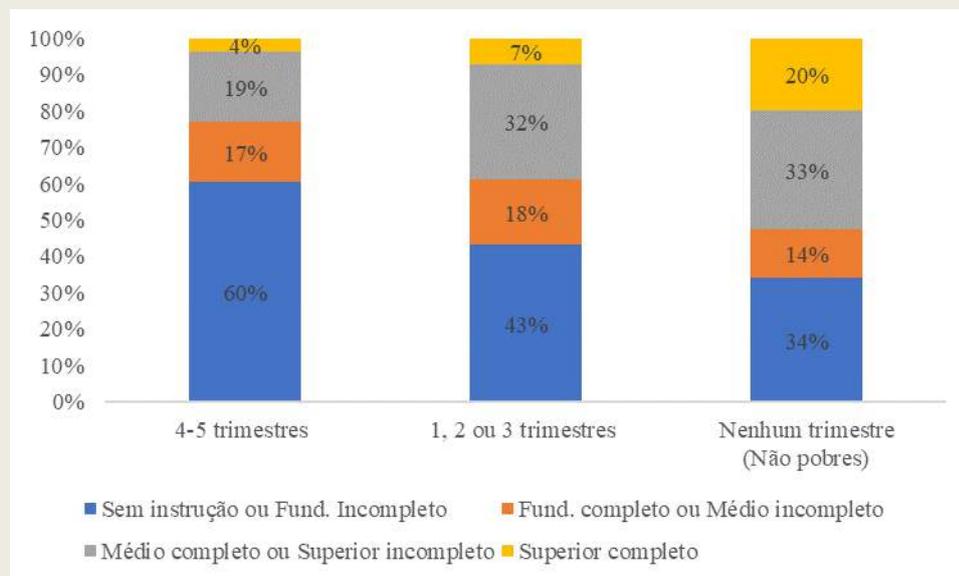
2000). Para o Brasil, alguns trabalhos já buscaram mensurar o tamanho da pobreza crônica e transitória e estimar as chances de entrada e saída da pobreza: Machado e Ribas (2010), Ribas, Machado e Golgher (2011), Gonçalves (2015) e Gonçalves e Machado (2015).

Com o uso dos microdados longitudinais trimestrais da PNADC (IBGE), para o período entre 2017 e 2018, verificamos que, aproximadamente, 5% das famílias permaneceram na pobreza durante quatro ou cinco trimestres da pesquisa, enquanto 10% das famílias estavam na pobreza em um, dois ou três trimestres, dentre os cinco trimestres em que ocorrem as entrevistas.<sup>15</sup> Dessa forma, 15% das famílias passam por situação de privação em um ou mais pontos do tempo durante o período analisado. Além disso, entre as famílias que permanecem na pobreza durante quatro ou cinco trimestres, 48% são chefiadas por mulheres e 64% são chefiadas por negros ou pardos. Já nas famílias que permanecem um menor período na pobreza – um, dois ou três trimestres – esses percentuais são de 41% e 56%, respectivamente. Com relação à escolaridade dos chefes de família, a Figura 1, abaixo, também demonstra a heterogeneidade existente entre as famílias pobres, com base no tempo em que ficam em situação de privação.

---

15 Foi utilizada a amostra de famílias da PNADC (IBGE), de 2017 e 2018, que permaneceram na pesquisa durante cinco trimestres. Cálculos realizados utilizando como critério para definição de pobreza e extrema pobreza os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, de renda domiciliar per capita inferior a R\$ 85,00 e R\$ 89,00, para extrema pobreza, e R\$ 170,00 e R\$ 178,00, para pobreza, para os períodos: primeiro trimestre de 2017 a segundo trimestre de 2018; e terceiro trimestre de 2018 a quarto trimestre de 2018, respectivamente. A renda domiciliar total per capita inclui a renda do trabalho total e a renda do não trabalho total (renda de programas de transferência – Programa Família e Benefício de Prestação Continuada, renda de aposentadorias e pensões do INSS ou alimentícia, aluguéis, doações e outros programas sociais).

Figura 1: Tempo na pobreza e escolaridade dos chefes



Fonte: Dados da PNADC (IBGE) para a amostra de famílias de 2017 e 2018, que permaneceram na pesquisa durante cinco trimestres.

Dados da PNADC divulgados pelo IBGE para o primeiro trimestre de 2020

([https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=27527&t=destaques)

[mensal.html?edicao=27527&t=destaques](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/30/O-que-diz-o-primeiro-dado-de-desemprego-na-pandemia)) indicam os impactos do isolamento social sobre o mercado de trabalho, mostrando que: i) a taxa de desocupação subiu 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre de 2019; ii) houve redução em 2,33 milhões de trabalhadores em atividade *vis-à-vis* o que foi observado no último trimestre de 2019; iii) 832 mil trabalhadores informais atuando no setor privado deixaram de trabalhar (<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/30/O-que-diz-o-primeiro-dado-de-desemprego-na-pandemia>); enquanto iv)

742 mil trabalhadores por conta própria deixaram de trabalhar. Assim, os primeiros dados da dinâmica do mercado de trabalho no período de isolamento social mostram um aprofundamento das

vulnerabilidades daqueles trabalhadores que já eram vulneráveis antes da pandemia.

### *Efeitos sobre a desigualdade*

Os impactos da Covid-19 em um país fortemente desigual como o Brasil potencializam ainda mais as desigualdades enraizadas na sociedade. Enquanto uma parte pequena da sociedade consegue manter o isolamento social, trabalhando remotamente, a imensa maioria dos cidadãos do país permanece alijada de condições sanitárias mínimas como acesso a rede de esgoto, água potável<sup>16</sup> (<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2018>), e as condições de moradia (<https://nacoesunidas.org/campanha-do-onu-habitat-aborda-efeitos-da-pandemia-de-coronavirus-nas-cidades/>), por exemplo, não permitem o afastamento mínimo que deve ser mantido para evitar a transmissão da doença. O acesso à informação (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-moradores-de-favelas-precisam-de-acoes-de-prevencao>) sobre a doença por parte da população mais vulnerável também é precário, dado que não necessariamente ela provém de fontes oficiais.

Enfim, em cenário de pandemia, a desigualdade no país tende a se acentuar, seja pelas questões econômicas que vão afetar ainda mais negativamente os mais pobres, seja, pelas questões sociais que tenderão a reforçar os mecanismos de desigualdade presentes na sociedade, dado que os mais poderosos economicamente conseguirão apoio dos governos com mais facilidade. Ao mesmo tempo, caso a crise pandêmica não promova o questionamento da posse de ativos geradores de renda na sociedade brasileira,

---

16 “...hoje no Brasil, quase 35 milhões de pessoas vivem sem acesso a água tratada, enquanto 100 milhões não têm esgoto tratado”.

qualquer opção política escolhida pelo governo tenderá a reforçar a desigualdade, dado que esta se centra fundamentalmente na posse de ativos geradores de renda.<sup>17</sup>

### **Referências bibliográficas**

Bane, M. J.; Elwood, D. T (1986). Slipping into and out of poverty: the dynamics of spells. *The Journal of Human Resources*, Madison, v. 21, p. 1-23.

Brancher et al. (2020). “Impactos econômicos da crise da Covid-19 e dos Programas de Renda Básica Emergencial”. Nota Técnica do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento. São Paulo: CND-FGV.

Gonçalves, S.L., 2015. Vulnerabilidade Das Famílias À Pobreza: Uma Análise Empírica Para Seis Regiões Metropolitanas (2002 a 2011). Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Gonçalves, S. L.; Machado, A. F. (2015). Poverty dynamics in Brazilian metropolitan areas: An analysis based on Hulme and Shepherd's categorization (2002–2011). *Economia*, 16(3), 376-394.

Jalan, J., & Ravallion, M. (1998). Transient poverty in postreform rural China. *Journal of Comparative Economics*, 26(2), 338-357.

Jalan, J., & Ravallion, M. (2000). Is transient poverty different? Evidence for rural China. *The Journal of Development Studies*, 36(6), 82-99.

Machado, A.F., Ribas, R.P., 2010. Do changes in the labour market take families out of poverty? Determinants of exiting poverty in Brazilian metropolitan regions. *The Journal of Development Studies*, 46, 1503–1522.

Ribas, R., Machado, A. F., & Golgher, A. B. (2011). Flutuações e persistência na pobreza: uma análise de decomposição transitória-crônica para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 41(2).

---

17 Imóveis, investimentos financeiros, terra, bens de consumo durável etc.

## Acesso às áreas verdes urbanas como parte das funções sociais da cidade

Taícia Helena Negrin Marques<sup>18</sup>, Antonio Aparecido Fabiano Junior<sup>19</sup>

A virada para o século XXI marcou um entendimento de que nossas sociedades urbanas são plurais e, portanto, diversas quanto a suas atitudes, expressões e necessidades, refletidas nas demandas esperadas de nossos espaços públicos (THOMPSON, 2002). Os vinte anos de ingresso a este século foram marcados, entre outros, justamente por uma amplificação da discussão quanto à vivacidade, acessibilidade e equidade a nossos espaços abertos públicos, sejam eles verdes (ex.: parques e jardins) ou não (ex.: nossas ruas), associados ao conceito de cidade sustentável. Segundo o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), os planos diretores estratégicos dos municípios devem garantir o direito à cidade sustentável, expressão que aporta o compromisso com as funções sociais, ambientais e econômicas da cidade para garantir o bem-estar de seus habitantes, passando a regulamentar as diretrizes dispostas na constituição federal (arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988). Porém os objetivos destes direitos,<sup>20</sup> quando colocados lado a lado com as desigualdades do país, comprovam que nunca conseguimos constituir a cidade como direito para todos e, por consequência, uma vida cidadã. O acesso às áreas verdes urbanas exemplifica a forma destoante com a qual classificamos e tratamos as pessoas que vivem em nossas áreas urbanas.

A acessibilidade não somente física, mas equitativa às áreas verdes, é um fator essencial para que as pessoas,

---

18 Docente do Departamento de Ordenamiento Territorial y Construcción, Facultad de Ingeniería Agrícola, Universidad Nacional Agraria La Molina, Perú.

19 Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Mackenzie, São Paulo.

20 "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança (...), a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Art. 6º da Constituição Federal de 1988 - CF/1988).

independentemente da classe social, etnia ou gênero, possam ser beneficiadas pelos distintos serviços fornecidos pelos ecossistemas, os quais terão impacto positivo principalmente relacionados ao bem estar e à saúde (MARQUES, 2020). Na prática, a existência de áreas verdes e/ou arborização intrínsecas ao tecido urbano, com destaque aos casos brasileiros, vem resultando na valorização da terra e tornando os “bairros verdes” em áreas mais exclusivas da cidade<sup>21</sup>. É certo que essa lógica perversa de planejamento de valorização da terra é influenciada por outros fatores, como a presença de infraestruturas e o acesso a distintos serviços, porém algumas estratégias imobiliárias vêm utilizando a arborização urbana como um instrumento de capitalização do solo (LIMA et al., 2020), cientes da disposição, por parte de alguns grupos sociais, a pagar mais para viver cerca ao verde (WU, J. et al., 2015 apud MARQUES, 2020, p. 65)<sup>22</sup>. O que parece importante constatar é que esta situação de desigualdade socioespacial não se apresenta como ato excepcional, mas como ação cotidiana, tanto de quem sofre pelo pouco acesso ao direito à vida quanto de quem produz esta lógica de cidade desigual. São diárias as violações de direitos como elemento de articulação da própria configuração, como causa e consequência, do nosso território.

Tendo em vista a geração de bairros mais exclusivos relacionados à presença dos espaços verdes urbanos, as Nações Unidas definiram dentre os Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), que até 2030 as cidades deverão “(...) proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”

---

21 Em São Paulo, dados de 2016 demonstram que dos dez bairros mais arborizados da cidade oito possuíam o metro quadrado mais caro, por exemplo, Moema era o 7º colocado em densidade arbórea (cerca de 1.260 árvores/ km<sup>2</sup>) e tinha o metro quadrado médio de R\$ 12.782,00 (Properati apud EXAME, 2016) <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/quer-conhecer-os-bairros-mais-caros-de-sp-conte-suas-arvores/> Visitado em 09/05/2016.

22 WU, J. et al. Impact of Urban Green Space on Residential Housing Prices: Case Study in Shenzhen. *Journal of Urban Planning and Development/* Volume 141 Issue 4 – December, 2015.

(ODS 11.7)<sup>23</sup>, visão que poderá ser ampliada a outros tantos grupos vulneráveis, tais como refugiados e migrantes, a comunidade LGBTQI+, os adolescentes em condição de violência (AMANAJÁS; KLUG, 2018). Tais diretrizes já são refletidas em alguns planos diretores estratégicos urbanos, porém a temática socioambiental ainda é abordada de forma marginal.

Em São Paulo, alcançar essa meta, ou se aproximar dela, requer o trabalho conjunto entre setores privados dedicados à construção - principais agentes da transformação urbana atual -, agentes públicos - responsáveis pelos programas destinados à provisão de moradia à população em situação de maior vulnerabilidade e à regulação das ações privadas -, além da atuação de movimentos sociais - a partir das organizações cidadãs, que buscam outras experimentações de formas de vida, de produção e reprodução do espaço. O conflito entre estes agentes de disputa pela construção de espaços diversos e plurais, que não sejam reduzidos à forma da mercadoria, visa a desejada universalização do acesso aos equipamentos, habitação e vida pública onde o espaço é, a um só tempo, centro da disputa do processo social onde estas relações oferecem operações de investigações e alimentação aos instrumentos imanentes e subjacentes para os processos de lutas de construções coletivas (PETRELLA; FABIANO JR., 2018).

Temos então duas questões chave em voga: a dificuldade em lidar com os interesses econômicos relacionados ao solo urbano e a potência encontrada em movimentos que partam das organizações cidadãs como forma de atuar e mudar esse quadro excludente do verde urbano. Alcançar a meta de acessibilidade às áreas verdes requer, portanto, uma série de ações conjuntas e uma visão holística de cidade, que considere formatos de planejamento e projetos que integram e buscam solucionar múltiplos problemas urbanos a partir de uma solução efetiva e abrangente.

---

23 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>> Visitado em 26/07/2020.

Neste sentido, a construção de consciência da necessidade do direito ao verde, vai de encontro à criação de uma mudança de imaginário, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981), por meio de empoderamento das populações mais vulneráveis e incorporação em processos participativos e/ou que possam ser gerados desde os grupos populares, ao invés de serem definidos apenas pelos governos locais, estaduais ou federal. Como vimos, existe um aporte legal, mas a aplicação desses lineamentos ainda é frágil e encontra barreiras de interesses sobretudo econômicos na disputa pelos solos urbanos ainda não consolidados.

Como exemplo de ação concreta e possível, vale observar a existência de muitos fundos de vale na região metropolitana de São Paulo, ainda não urbanizados, porém considerados como resquícios urbanos pautados pelos projetos rodoviaristas e ocupados por população que encontra aí, a possibilidade do morar (MARQUES, 2020). As ações de saneamento, requalificação ambiental e habitação enfrentam grandes desafios nessas áreas, mas tem grandes possibilidades de inovação e de pensar as funções urbanas integradas às ambientais, a fim de garantir o direito à cidade enquanto contribuem com o aumento do acesso às áreas verdes de qualidade, fornecedoras de benefícios para o bem-estar e a saúde da população (MARQUES, 2020). No geral, a incorporação e potencialização de novas áreas verdes urbanas deverá ser acompanhada por uma série de medidas que consideram a realidade social local e os processos de geração de “bairros verdes” exclusivos que poderão estar atrelados a estas melhorias.

O verde urbano, acessível a todos, vem sendo proposto por órgãos internacionais e nacionais como forma de melhorar a saúde e o bem estar das pessoas que habitam as áreas urbanas, mas para que essas intensões sejam concretizadas, se faz necessário entender o acesso às áreas verdes como parte das funções sociais da cidade (MARQUES, 2020).

### **Referências Bibliográficas**

AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. *In*: Costa, M.A.; Magalhães, M.T.Q.; Favarão, C.B.(org.). A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação, Brasília, p. 29-44, 2018.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1981.

LIMA, G.V.B. et al. O direito à cidade arborizada: a arborização urbana como indicador da segregação socioeconômica em Belém do Pará. REVSBAU, Curitiba – PR, v.15, n1, p. 79-96, 2020.

MARQUES, T.H.N. Eixos Multifuncionais: Infraestrutura Verde e Serviços Ecológicos Urbanos aplicados ao córrego Mandaqui, São Paulo, SP. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Paisagem e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2020.

PETRELLA, G. M.; FABIANO JR, A.. Conflitos na produção do espaço da região da Luz, centro de São Paulo: financeirização, políticas públicas neoliberais e luta de classes socioespacial. *In*: Observatório das Metrôpoles, 2018, Rio de Janeiro. Eixo Direito à Cidade, Estrutura Social. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2018. v. 1. p. 2493-2506.

THOMPSON, C. W. Urban open space in the 21st century. *Landscape and Urban Planning* 60, 59–72, 2002.